

Exmos. Senhores Chefes de Estado e de Governo dos países da CPLP,

No dia 20 de Fevereiro de 2014, os Ministros de Negócios Estrangeiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), recomendaram que a Guiné Equatorial se tornasse membro de pleno direito da CPLP, decisão que deverá ser ratificada durante a Conferência que terá lugar daqui a um mês, em Díli.

Um dos “progressos” registados pelos ministros, face ao Programa de Adesão de Julho de 2012, foi o anúncio da adoção de uma moratória sobre a pena de morte. Porém, organizações como a Amnistia Internacional divulgaram que pouco tempo antes, pelo menos quatro pessoas, “senão mesmo nove”, foram executadas. Estas mortes levantam sérias dúvidas sobre a motivação da moratória apresentada.

Acresce o facto de nada ter sido introduzido na Constituição ou na lei penal ordinária que permita concluir com segurança que o país tenciona pôr fim à pena de morte. A anunciada “moratória temporária à aplicação da pena de morte”, contida na Resolução Presidencial n.º 426/2014, não passa disso mesmo: uma decisão, temporária, que não foi sequer submetida a ratificação parlamentar nem a referendo popular. Continuam também a registar-se várias execuções extrajudiciais pelas forças de segurança governamentais.

É, pois, incompreensível, que os Ministros tenham concluído existirem “progressos” nesta matéria.

Segundo a Amnistia: “a Guiné Equatorial apresenta uma situação muito preocupante de direitos humanos, tendo falhado na adoção de muitas das recomendações feitas no âmbito da avaliação periódica das Nações Unidas”. Também a Human Rights Watch e o Departamento de Estado dos EUA, num relatório de Fevereiro, denunciam casos de detenções extrajudiciais em que os detidos ficam sem acesso ao exterior, desaparecimentos forçados, práticas de tortura e limitação ao exercício dos direitos políticos em democracia.

A corrupção a todos os níveis é outro problema grave. De acordo com várias organizações internacionais, o filho mais velho do Presidente Obiang, enquanto ministro da Agricultura e Florestas, extorquiu fundos públicos que canalizou através de empresas fictícias para contas bancárias sob o seu controlo. Teodorin Obiang foi procurado pela justiça internacional mas isso não impediu o seu pai de rever a Constituição do país e criar o cargo de segundo vice-presidente para o seu filho.

Não é pois de espantar que, pelo segundo ano consecutivo, a Guiné Equatorial tenha ficado na 163.<sup>a</sup> posição, num *ranking* de 177 países, no Índice de Percepção sobre Corrupção de 2013 da Transparência Internacional. Apesar de receitas elevadíssimas provenientes dos recursos naturais, Obiang e o seu regime mantêm, deliberadamente, 70% da população a viver abaixo do limiar da pobreza.

Em suma, pouco ou nada mudou desde a Cimeira de Maputo de 2012 – a não ser as manobras de propaganda e de compra de favores por parte da Guiné Equatorial. Os milhões de dólares que o regime tem investido não conseguem, porém, esconder as violações de direitos humanos.

Assim e sob o risco de serem violados os Estatutos da CPLP, de ser descredibilizada esta instituição e de serem postos em causa direitos do povo da Guiné Equatorial, os subscritores desta missiva instam V. Exas a:

1. Recusar a adesão da Guiné Equatorial à CPLP como membro de pleno direito enquanto não estiver comprovado, na lei e na prática do país, o cumprimento das condições dos Estatutos da CPLP, designadamente a abolição efectiva da pena de morte;
2. Estabelecer pré-requisitos formais e substantivos de democratização política e de canalização das receitas nacionais para a melhoria efectiva das condições de vida das populações, ao abrigo dos princípios orientadores consagrados no artigo 5.º dos Estatutos da CPLP;
3. Exigir que as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos sejam promovidos entre os seus membros e se espelhem nas actividades e estratégias de alargamento e aprofundamento da organização ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º dos Estatutos da CPLP.

Adelino Gomes, jornalista, investigador, Portugal;  
 Albertina Costa, socióloga, Brasil;  
 Alberto Acosta, político, Equador;  
 Alfredo Bruto da Costa, sociólogo, Portugal;  
 Ana Clara Schenberg, bióloga e professora universitária, Brasil;  
 Ana Gomes, eurodeputada;  
 Ana Lúcia Sá, socióloga, Portugal;  
 Ana Paula Tavares, poeta, Angola;  
 André Corsino Tolentino, embaixador na reforma, Cabo Verde;  
 Anita Simis, socióloga, Brasil;  
 Augusta Henriques, dirigente associativa, Guiné-Bissau;  
 Aurelio Michiles, cineasta, Brasil;  
 Carlos Figueiredo, dirigente associativo, Angola;  
 Carlos Sangreman, professor universitário, Portugal;  
 Cecilia Thompson, jornalista, Brasil;  
 Chico Buarque, músico, dramaturgo e escritor, Brasil;  
 Damien Hazard, diretor da ABONG, Brasil;  
 Debora Duboc, atriz, Brasil;  
 Edith Derdik, artista plástica, Brasil;  
 Eduardo Costa Dias, antropólogo, Portugal;  
 Eduardo Ferro Rodrigues, político e economista, Portugal;  
 Fátima Proença, dirigente associativa, ACEP Portugal;  
 Fernando Coelho, jornalista e poeta, Brasil;  
 Francisco Sarsfield Cabral, jornalista, Portugal;  
 Frei Carlos Alberto Libânio Christo, religioso dominicano e escritor, Brasil;  
 Gerhard Seibert, antropólogo, Portugal;  
 Gilberto Gil, músico, Brasil;

Helena Roseta, política e arquiteta, Portugal;  
 Henrique Cayatte, designer, Portugal;  
 Immanuel Wallerstein, sociólogo EUA;  
 Ivan Lins, músico, Brasil;  
 Ivany Turibio, jornalista, Brasil;  
 João Carlos Rodrigues, jornalista e pesquisador, Brasil;  
 José Celso Martinez Correa (Zé Celso), diretor de Teatro, ator e dramaturgo, Brasil;  
 João José Fernandes, OIKOS, Portugal;  
 José Manuel Pureza, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal;  
 Leão Lopes, artista plástico, Cabo Verde;  
 João Paulo Batalha, TIAC;  
 Luís Cardoso, escritor, Timor-Leste;  
 Luís Vaz Martins, presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Guiné-Bissau;  
 Luísa Teotónio Pereira, dirigente associativa, CIDAC, Portugal;  
 Manuel Alegre, político e escritor, Portugal;  
 Manuel Carvalho da Silva, sindicalista e investigador, Portugal;  
 Margarida Gevevois, cientista social, Brasil;  
 Marina Costa Lobo, politóloga, Portugal;  
 Nuno Teotónio Pereira, arquiteto, Portugal;  
 Pedro Krupensky, plataforma das ONGD, Portugal;  
 Pedro Rosa Mendes, jornalista e escritor, Portugal;  
 Fernando de La Vetier Nobre, AMI, Portugal;  
 Romério Rômulo Campos Valadares, poeta e economista, Brasil;  
 Sérgio Muniz, cineasta, Brasil;  
 Toni Venturi, cineasta, Brasil;  
 Valter Vinagre, fotógrafo, Portugal